



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação
Educação em Direitos Humanos

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA E A
VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Karolina Gonçalves Nepomuceno

Diamantina
2024

Karolina Gonçalves Nepomuceno

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA E A VIOLAÇÃO
DOS DIREITOS HUMANOS**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação em Especialização em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Orientadora: Elizângela Souza Pereira Costa
Coorientador: Jhonny Michael Costa

Diamantina

2024

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário

G635a goncalves nepomuceno, karolina
2024 A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA E A
VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS [manuscrito] / karolina
goncalves nepomuceno. -- Diamantina, 2024.
35 p.

Orientador: Prof. Elizângela Souza Pereira Costa .
Coorientador: Prof. Jhonny Michael Costa.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos
Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri, Curso de Especialização em Educação em Direitos
Humanos, Diamantina, 2024.

1. EDUCAÇÃO. 2. EVASÃO - ESCOLAR. 3. PNEDH. 4. POLÍTICAS -
PÚBLICAS. 5. ALUNOS - SOCIEDADE. I. Souza Pereira Costa ,
Elizângela. II. Michael Costa, Jhonny . III. Universidade
Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. IV. Título.

Elaborada com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizangela S.P. Costa
Coorientador: Prof. Me. Jhonny Michael Costa

Data de aprovação 31/10/2024.



Documento assinado digitalmente
ELIZANGELA SOUZA PEREIRA COSTA
Data: 08/12/2024 21:16:25-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Elizangela S.P. Costa



Documento assinado digitalmente
JHONNY MICHAEL COSTA
Data: 08/12/2024 21:21:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Jhonny Michael Costa



Documento assinado digitalmente
RICARDO DE OLIVEIRA BRASIL COSTA
Data: 04/12/2024 14:55:43-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Me. Ricardo de Oliveira Brasil Costa



Documento assinado digitalmente
RIANN MARTINELLI BATISTA
Data: 09/12/2024 20:18:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Riann Martinelli Batista

Diamantina

2024

Dedico esse trabalho ao meu filho Affonso Nepomuceno, que é o único companheiro dessa jornada, mediante as bênçãos de Deus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por sempre iluminar meus caminhos e me manter perseverante em todos os desafios enfrentados, que, aliás, são muitos!

Agradeço ao Jhonny Costa e a Elizângela Costa pelo auxílio no desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso.

RESUMO

A evasão escolar é um dos grandes problemas encontrados na educação básica brasileira. Associada ao abandono escolar eles trazem consequências para toda a sociedade, e não somente para o aluno. E todos esses atores envolvidos como a sociedade, aluno, família, escola e Estado são responsáveis e devem buscar reverter o cenário da evasão escolar. Os principais objetivos dessa revisão bibliográfica são identificar os motivos que influenciam a evasão dos alunos da educação básica, assim como discutir as causas, apontando suas consequências e debater alternativas para minimizar essa problemática. Dentre as diversas causas da evasão escolar está a gravidez na adolescência, uso de entorpecentes e envolvimento no mundo do crime, desigualdade social, falta de incentivo familiar, falta de escolas preparadas para lidar com a permanência dos alunos em sala de aula, bullying e violência nas escolas, problemas de saúde, falta de transporte escolar regular, entre outros. Não é uma problemática fácil de ser resolvida, mas é preciso ser um tema discutido por especialistas, pelos setores da educação, família e sociedade geral. Diante disso incluir políticas públicas voltadas para os principais nichos da sociedade onde mais ocorre a evasão escolar, como, por exemplo, alunos de baixa renda, alunas que engravidaram na adolescência e na valorização dos profissionais da educação é fundamental. Além disso, investimentos em transporte escolar regular, em materiais pedagógicos e estruturas físicas das escolas torna-se de grande importância. Afinal uma escola atrativa, segura e com profissionais motivados é capaz de evitar e até mesmo reverter a evasão escolar.

Palavras Chave: educação, escola, aluno.

ABSTRACT

School dropout is one of the biggest problems found in Brazilian basic education. Associated with school dropout, they bring consequences for the whole society, and not just for the student. And all these actors involved such as society, students, families, schools and the State are responsible and must seek to reverse the school dropout scenario. The main objectives of this literature review are to identify the reasons that influence the dropout rate of students from basic education, as well as discuss the causes, pointing out their consequences and debating alternatives to minimize this problem. Among the various causes of school dropout are teenage pregnancy, use of drugs and involvement in the world of crime, social inequality, lack of family encouragement, lack of schools prepared to deal with students remaining in the classroom, bullying and violence. in schools, health problems, lack of regular school transport, among others. It is not an easy problem to resolve, but it needs to be a topic discussed by experts, by the education, family and general society sectors. Therefore, including public policies aimed at the main niches of society where school dropouts occur most, such as, for example, low-income students, students who became pregnant in adolescence and the appreciation of education professionals is fundamental. Furthermore, investments in regular school transport, teaching materials and physical structures of schools are of great importance. After all, an attractive, safe school with motivated professionals is capable of preventing and even reversing school dropouts.

Keywords: education, school, student.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVO GERAL:	10
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	10
4 JUSTIFICATIVA.....	11
5 METODOLOGIA	12
6 DIREITO A EDUCAÇÃO.....	13
7 EVASÃO ESCOLAR.....	16
8 DESIGUALDADE SOCIAL	18
9 CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR	20
10 CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO ESCOLAR	28
11 ALTERNATIVAS PARA CONTORNAR O ABANDONO E A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA.....	31
12 CONCLUSÃO.....	33
13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar no Brasil é um problema grave e que não atinge apenas uma região específica, mas que está presente em todo o território nacional. É possível observar que em maior proporção nas regiões mais pobres e remotas, ou seja, aquelas mais desfavorecidas economicamente (IBGE, 2019).

No ordenamento jurídico brasileiro existem diversos documentos, leis, portarias, dentre outros que tratam a educação como direito fundamental. Embora a Constituição Federal de 1988 através do seu artigo 6º garanta o acesso à educação como um direito social, ainda temos diversos problemas que precisam ser superados para que o direito a educação seja universal e pleno. Diante dos obstáculos trazidos pela evasão escolar é importante que além de inserir os alunos dentro dos educandários Brasil afora, ser capaz de mantê-los ao longo da educação básica, como alunos participativos, engajados e frequentes.

Atualmente no Brasil, 52,6% da população com 25 anos ou mais ainda não terminou seus estudos na educação básica, representando mais da metade da população adulta, alguns sequer chegaram ao ensino médio, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). De acordo com a referida pesquisa, as taxas líquidas de matrícula (razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista para cada série/ano) nas diferentes faixas etárias apresentam queda nos percentuais sendo: na faixa etária de 6 a 10 anos 95,5% , de 11 a 14 anos uma redução para 85,6% chegando na faixa etária de 15 a 17 anos somente a 68,4%, demonstrando portanto como o atraso escolar e a evasão avançam conforme os estudantes vão ficando mais velhos.

Um estudo da Universidade de Stanford revela que o Brasil está ficando para trás na recomposição da aprendizagem perdida durante a pandemia da Covid-19. Segundo o estudo, o Brasil não está seguindo várias das melhores práticas internacionais para recompor o que foi perdido durante a crise sanitária, exemplo de programas de tutoria ou que levem em conta o processo socioemocional dos alunos. De acordo com o levantamento, temas urgentes como alfabetização de crianças mais velhas e evasão escolar não estão sendo pensados de maneira coordenada em nível nacional. O Brasil foi um dos países que passaram mais tempo com escolas fechadas devido à pandemia e dados de proficiência do Sistema de

Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2021, comparados aos de 2019, mostram que o retrocesso foi tão grande em língua portuguesa e em matemática a ponto de o progresso obtido nos últimos anos ter sido totalmente eliminado durante o período de ensino remoto. Relatório divulgado por agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) revelou que 5,5 milhões de crianças e adolescentes tiveram o direito à educação negligenciado em 2020 no Brasil por causa da crise sanitária.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem por finalidade refletir sobre os motivos que levam à evasão escolar, sua relação com desigualdade social, o quanto a pandemia de COVID19 contribuiu para o déficit e abandono escolar e suas consequências para os alunos e para a sociedade.

2 OBJETIVO GERAL:

Identificar os motivos que influenciam a evasão escolar dos alunos da educação básica no Brasil.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Identificar e discutir as causas da evasão escolar na educação básica como princípio da inclusão e igualdade de acesso à educação do PNEDH;

Apontar as consequências da evasão escolar;

Discutir alternativas para minimizar a evasão escolar.

4 JUSTIFICATIVA

A evasão escolar é um problema recorrente nos sistemas de ensino e que tem ganhado destaque nos últimos anos em todo o território brasileiro. Essa problemática não começa de uma hora para a outra, na verdade existem muitos fatores que contribuem para que o aluno deixe de frequentar a escola. Dentre os principais responsáveis pelo abandono escolar estão os problemas sociais e econômicos como, por exemplo, questões familiares e a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família (ARROYO, 1991).

Outros motivos que corroboram para o abandono e evasão escolar são a falta de acesso ao ambiente escolar, violência e bullying, escassez de projetos pedagógicos interessantes e estimuladores. Além disso o pouco investimento na educação pública, falta de interesse dos alunos e da família com a educação, gravidez precoce, drogas, e mais recentemente o problema da COVID-19. Para driblar a pandemia foi inserido o ensino remoto na tentativa de evitar que o ensino ficasse paralisado, no entanto isso trouxe enormes desafios para os alunos, principalmente os alunos de escolas públicas, o que acabou fragilizando a conexão entre o estudante e a escola.

No Brasil ainda vigora uma educação engessada, em muitas regiões existem escolas sem muitos recursos tecnológicos e projetos interdisciplinares que consigam estimular e desafiar os alunos. Diante de toda essa questão é fundamental que haja uma reestruturação do sistema de ensino. Inserir debates sobre o papel da escola, da família e da sociedade é fundamental para buscar alternativas para contornar essa problemática. É necessário que o ambiente escolar se torne mais acolhedor, com projetos e ações pedagógicas que estimulem e desafiem os estudantes, de maneira que se busque um ensino-aprendizagem de qualidade e capaz de proporcionar o exercício de uma plena cidadania no futuro desses alunos, dos seus familiares e da comunidade que eles vivem, garantindo o direito humano a educação e a permanência escolar conforme defendido pelo PNEDH.

O assunto da evasão escolar precisa ser debatido com urgência pelos governantes, as redes de ensino e a sociedade. Buscar políticas públicas, tentar resgatar alunos que se evadiram das escolas e minimizar a saída, tornar o ambiente escolar mais receptivo para os estudantes são fundamentais.

5 METODOLOGIA

A estratégia metodológica escolhida para o desenvolvimento desse trabalho foi a revisão bibliográfica narrativa. Segundo TRENTINI e PAIM (1999) “a revisão bibliográfica é a análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento”.

Botelho et al. (2011) e Rother (2007) denominam os artigos de revisão de literatura tradicional como artigos de "revisão narrativa", os quais são caracterizados como publicações que visam a descrever, de maneira ampla, o desenvolvimento de um assunto específico e os tipos de metodologias que estão sendo empregadas por acadêmicos e pesquisadores no estudo do tema

6 DIREITO A EDUCAÇÃO

O direito a educação já se encontra pacificado tanto em documentos internacionais quanto nacionais. A primeira menção ao direito à educação como direito de todos, em nível constitucional no Brasil ocorreu em 1934, sendo, no entanto mais detalhada com a promulgação da Constituição Federal em 1988 (CF/88). Esse documento estabelece que a educação é um direito humano, assegurado por lei e no seu artigo 205 determina que: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988). A atual Constituição Federal foi a primeira a declarar o direito à educação dentre o conjunto dos direitos sociais, além de reafirmar que se constitui como direito de todos e dever do Estado e da família.

No conjunto dos deveres do Estado para com a educação básica, além do ensino fundamental e do ensino médio, a CF/88 também declarou como dever do Estado garantir atendimento em creche e pré-escola às crianças pequenas filhos de trabalhadores urbanos e rurais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA/90) foi mais um importante documento legal para reafirmar o direito a educação. Este Estatuto, no artigo 53, amplia as condições para a efetivação desse direito. O primeiro inciso desse artigo está presente na CF/88, mas há outros aspectos complementares como a garantia às crianças e aos adolescentes o direito de serem respeitados por seus educadores, e a possibilidade da discussão pelas famílias dos critérios de avaliação do rendimento escolar adotados pela escola; e a possibilidade de exigência do transporte escolar gratuito, na impossibilidade de atendimento do educando na escola próxima de sua residência (OLIVEIRA, 1995). Sendo assim, essa lei veio para realmente efetivar e especificar os direitos do cidadão já elencados de maneira geral na CF/88.

Outra conquista para a educação brasileira foi à criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96). Essa lei trouxe de maneira mais específica as obrigações do Estado e demais entes da federação, com suas respectivas atribuições. A LDB/96 trás o dever de educar em seu artigo 4º, detalhando e ampliando os direitos à educação, encontrados no artigo 208 da

CF/88. A LDB trouxe importantes inovações para o direito à educação infantil, e reconheceu sua importância como sendo a primeira etapa da educação básica.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) teve sua terceira versão atualizada em 2006 e trata-se de uma política pública que consolida um projeto de sociedade baseado nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social, por meio de um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos que visa o exercício da solidariedade e do respeito às diversidades (UNESCO, 2013). No PNEDH (2007), a Educação em Direitos Humanos é compreendida como: é “(...) um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre Direitos Humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos Direitos Humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos Direitos Humanos, bem como da reparação das violações”

A Constituição traz em seu texto inúmeros direitos e sendo o que trata sobre a educação é classificado como um direito público subjetivo. Segundo Duarte (2004), o direito público subjetivo “[...] confere ao indivíduo a possibilidade de transformar a norma geral e abstrata contida num determinado ordenamento jurídico em algo que possua como próprio. A maneira de fazê-lo é acionando as normas jurídicas (direito objetivo) e transformando-as em seu direito (direito subjetivo). (DUARTE, 2004, p. 113).”

A educação é a base para a conquista de outras garantias, sendo que ela possibilita ao cidadão compreender e buscar seus direitos e deveres, inclusive políticos. E através dessa compreensão a sociedade brasileira pode usufruir e cobrar os objetivos fundamentais da República, encontrados no artigo 3º da CF/88 que está intimamente relacionado com a temática debatida. Esses objetivos buscam construir uma sociedade livre, justa e solidária e garantir o desenvolvimento nacional. Somado a isso buscar a erradicação da pobreza e da marginalização, com a redução das desigualdades sociais e regionais; e, por fim, promover o bem de

todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CF/88).

7 EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é um tema bastante discutido na história da educação brasileira por profissionais de diversos setores, instituições de ensino, pesquisadores, sociedade civil e inclusive pelo Estado. É um tema de grande relevância e que necessita de um espaço para que se possa refletir sobre as políticas públicas brasileiras que devem estar correlacionadas a esta temática. Além de ser muito pesquisado e debatido é importante promover reflexões que envolvam direta e indiretamente a problemática da evasão escolar na educação pública brasileira. Na opinião de Digiácomo (2011, pág. 01): “A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que ao admitirem a matrícula de um número maior de alunos por turma do que o adequado, já contam com a ‘desistência’ de muitos desses alunos ao longo do ano letivo. Que pese a propaganda oficial sempre alardear um número expressivo de matrículas a cada início de ano letivo, em alguns casos chegando próximo aos 100% (cem por cento) do total de crianças e adolescentes em idade escolar. No entanto, na prática já se sabe que destes, uma significativa parcela não concluirá seus estudos naquele período, em prejuízo direto à sua formação e, é claro, à sua vida, na medida em que os coloca em posição de desvantagem face os demais que não apresentam defasagem idade-série” (DIGIÁCOMO, 2011).

Problema histórico no Brasil a evasão escolar afeta crianças, adolescentes, jovens e até mesmo adultos que se encontram atrasados cursando a educação básica. Toda a ruptura do aluno com a escola é considerado um fracasso escolar. Para Queiroz (2002), a evasão escolar não é um problema que se limita somente a algumas instituições escolares, mas uma questão geral, abrangendo todo o Brasil. Ainda segundo Queiroz (2002, p. 114) diversos estudos consideram os aspectos sociais como determinantes do fracasso e da evasão escolar.

Para Patto (1997) “A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia a dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem umas características apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura

educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes popular (PATTO, p. 59, 1997).”

8 DESIGUALDADE SOCIAL

Um aspecto pouco aprofundado nos estudos sobre evasão escolar se refere à sua relação com as desigualdades sociais. Na visão de Bernard (2015; 2016), a evasão escolar compreende um fenômeno socialmente desigual, que deve ser considerado como construção histórica e social.

A evasão escolar, um grande problema do sistema escolar brasileiro, atinge principalmente as crianças, adolescentes e jovens mais pobres. E à medida que a desigualdade social cresce a evasão escolar também aumenta. A relação da desigualdade social com a evasão escolar foi potencializada com a pandemia do Coronavírus, atingindo principalmente estudantes pretos, pobres e de regiões remotas. Com a pandemia as escolas foram obrigadas a ofertar o ensino a distância, e essa única alternativa de estudar remotamente teve uma grande disparidade entre o ensino público e o ensino privado. Diante disso muitos alunos sem acesso à internet, sem condições de assistirem as aulas online se tornaram desmotivados e optaram por desistir dos estudos. E no Brasil existe um estigma em relação ao aluno que por algum motivo teve que interromper seus estudos possa voltar para a sala de aula. Faltam campanhas e incentivos também nesse quesito, tanto do Estado, como das escolas e também da família.

Antes da pandemia, os dados sobre a desigualdade educacional e o abandono escolar já eram preocupantes. Foi o que indicou um mapeamento, realizado em 2019 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Instituto Claro e outros parceiros, sobre reprovação, abandono escolar e distorção em relação à idade-série. Focando na questão do abandono escolar, o levantamento divulgado em 2021, apontou que cerca de 623.187 estudantes das redes municipal e estadual do país abandonaram a escola. Deste total, 329.058 se declararam pretos, pardos e indígenas. Os maiores índices de abandono foram registrados nas regiões Norte e Nordeste (UNICEF, 2019).

O Brasil, um país com extenso território e com altos índices de desigualdade social, sobre pobreza, desigualdade social e educação, Arroyo (2010, p. 1.391) afirma que:

“A relação entre educação, políticas públicas, Estado e desigualdades vai deixando lugar a políticas de inclusão, escola inclusiva, projetos inclusivos, currículos inclusivos. A categorias desiguais, porque na pobreza, no desemprego, na exploração do trabalho, porque oprimidos, sai das justificativas de políticas e até das análises e avaliações e o termo excluídos entra no seu lugar. Excluídos não dos bens materiais do viver humano, mas excluídos dos bens culturais, das instituições e espaços públicos, do convívio social. Mantidos do lado de fora extramuros.”

Importantes sociólogos e pesquisadores contemporâneos têm analisado a relação entre desigualdades sociais e desigualdades escolares, dentre eles, François Dubet, ao apontar que, apesar dos princípios relacionados à democratização e igualdade de oportunidades, ao mesmo tempo em que afirma a igualdade dos indivíduos, a escola também afirma a desigualdade de seus desempenhos (DUBET, 2001; 2003b; 2004). Para o autor, houve um considerável progresso em relação à igualdade de acesso à escola, entretanto, a escola não apenas integra mais, como também exclui mais que antes. Assim é que a “escola não se tornou mais justa porque reduziu a diferença quanto aos resultados favoráveis entre as categorias sociais e sim porque permitiu que todos os alunos entrassem na mesma competição” (DUBET, 2004, p. 541).

9 CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR

Em um estudo realizado por Neri (2019) intitulado “Motivos da evasão escolar” foram demonstrados três motivações básicas que contribuem para evasão escolar. O primeiro motivo é a falta de conhecimento das políticas públicas pelos gestores da escola, o que limita a oferta de serviços educacionais. O segundo motivo é a falta de interesse por parte dos alunos, e dos pais a respeito da educação oferecida, seja pela baixa qualidade do ensino ofertado ou pela falta da dimensão das possíveis consequências causadas pela evasão escolar. Nessa mesma perspectiva o autor considera ainda que o terceiro motivo é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no futuro. Os estudos do autor sobre as causas da evasão escolar e por consequência do fracasso escolar revelaram os seguintes eventos: dificuldade de acesso à escola; necessidade de trabalho e geração de renda; falta de interesse; outros motivos (NERI, 2019, p. 5).

Queiroz (2002) argumenta que: de certa maneira os estudos a respeito do fracasso e da evasão escolar, pressupõe que ele é causado por duas abordagens diferentes, uma delas por fatores que acontecem do lado de fora da escola, como o trabalho, a pobreza, o aluno e a própria família. E por outra perspectiva, fatores que acontecem dentro do âmbito escolar, como a própria escola, os educadores e até a linguagem.

Para Silva (2020), o abandono escolar não tem um motivo único, sendo assim não podemos culpar somente o ambiente escolar pela evasão, entre as inúmeras causas estão diversos fatores, por exemplo: sociais, políticos, econômicos e até mesmo culturais. Sendo assim existem diversos motivos que contribuem para os alunos se evadirem do âmbito escolar, o abandono escolar é complexo e multifatorial. Dentre eles temos falta de interesse, dificuldades financeiras, problemas familiares, bullying e problemas de relacionamento, violência escolar, falta de apoio escolar adequado, gravidez na adolescência, dificuldades de aprendizagem, efeitos da pandemia de COVID 19, a marginalização e o uso de entorpecentes.

A seguir serão elencadas de forma mais detalhada as principais causas que levam ao aumento da evasão escolar nas escolas brasileiras:

Falta de motivação: muitos estudantes abandonam a escola devido ao desinteresse e desmotivação. A desconexão entre o currículo escolar e suas realidades contribui para essa falta de entusiasmo ou preguiça. Envolver-se em algo, muitas vezes, demanda entusiasmo e força de vontade. No processo de ensino aprendizagem isso acontece de forma bastante forte, como nos expõe Bzuneck (2001, p. 09), “a motivação ou motivo seria aquilo que move uma pessoa ou que a põe em ação ou a faz mudar o curso”. Para Tapia (2004) “o aluno está motivado ou desmotivado em função do significado que tem para ele o trabalho escolar, ou seja, o seu interesse irá variar de acordo com as condições que esse ambiente oferece”.

Segundo Silva (2002), a motivação pode ser intrínseca e extrínseca. A motivação intrínseca ocorre quando o aluno é levado a estudar pelo interesse que a própria matéria lhe desperta, ou seja, por gostar da matéria, esta é uma motivação autêntica. Já a motivação extrínseca acontece quando o estímulo não tem relação direta com a matéria lecionada ou quando o motivo de aplicação ao estudo não é a matéria em si, por exemplo, obter notas para passar para a série seguinte, diferenciar-se dos outros etc. (MORAES; VARELA, 2007).

Se os alunos não têm motivação ou interesse pela matéria estudada, isso pode levar à indisciplina. Segundo Antunes (2002), uma classe indisciplinada é toda aquela que não permite aos professores oportunidades plenas para o desenvolvimento de seu processo de ajuda na construção do conhecimento e não oferece condições para que os professores possam “despertar” em seus alunos sua potencialidade como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania.

Dificuldades financeiras: a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família é uma razão comum para o abandono. A falta de recursos financeiros dificulta conciliar trabalho e estudo.

O trabalho infantil cresceu no Brasil entre 2019 e 2022. Em 2022, 1,9 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil, o equivalente a 4,9% do total de jovens entre essa faixa etária. O dado faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua a respeito do Trabalho de Crianças e Adolescentes, divulgada em 20/12/2023 pelo (IBGE). O

levantamento também apontou que, em 2022, 756 mil crianças e adolescentes exerciam atividades da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (TIP), do governo federal, que elenca as piores formas de trabalho infantil no país. No geral, são serviços que envolvem risco de acidentes ou são prejudiciais à saúde. A lista inclui trabalho na construção civil, em matadouros, oficinas mecânicas, comércio ambulante em locais públicos, coleta de lixo, venda de bebidas alcoólicas, entre outras atividades.

De acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), o trabalho infantil ainda é uma realidade presente em muitos países, nas zonas urbanas, nas áreas rurais e até no mundo digital. O trabalho infantil além de ser uma violência contra a infância também impede a plena concretização dos direitos de crianças e adolescentes.

O IBGE segue as orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para classificar o trabalho infantil, que o conceitua como “aquele que é perigo e prejudicial para a saúde e desenvolvimento mental, físico ou moral das crianças e que interfere na sua escolarização” Segundo o IBGE, o aumento do trabalho infantil no país se revelou não só em termos absolutos, mas houve um crescimento quando se analisa a proporção de crianças e adolescentes exercendo essas atividades. Entre 2019 e 2022, a população com 5 a 17 anos diminuiu 1,4%, entretanto, o contingente desse grupo etário em situação de trabalho infantil aumentou 7%. Em 2019, o percentual de pessoas de 5 a 17 anos que exerciam alguma forma de trabalho infantil era 4,5%, em 2022, subiu para 4,9%. Isso representa praticamente um em cada 20 jovens dessa faixa etária. Diante desses números é possível corroborar como as dificuldades financeiras estão diretamente correlacionadas ao abandono escolar

Problemas familiares: A família, desde os tempos mais antigos, corresponde a um grupo social que exerce marcada influência sobre a vida das pessoas, sendo encarada como um grupo com uma organização complexa, inserido em um contexto social mais amplo com o qual mantém constante interação (BIASOLI-ALVES, 2004). O grupo familiar tem um papel fundamental na constituição dos indivíduos, sendo importante na determinação e na organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual

através das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar (DRUMMOND & DRUMMOND FILHO, 1998). Pode-se dizer, assim, que esta instituição é responsável pelo processo de socialização primária das crianças e dos adolescentes (SCHENKER & MINAYO, 2003). Nesta perspectiva, a família tem como finalidade estabelecer formas e limites para as relações estabelecidas entre as gerações mais novas e mais velhas (SIMIONATO-TOZO, 1998), propiciando a adaptação dos indivíduos às exigências do conviver em sociedade.

Sendo assim, conflitos familiares, instabilidade emocional e falta de apoio familiar podem levar ao abandono escolar. Um ambiente doméstico instável também pode afetar negativamente o desempenho acadêmico. A participação das famílias no desempenho estudantil é fundamental para que o aluno se sinta motivado a ir à escola. Quando não há um incentivo em casa, pode acarretar um desânimo no estudante. A família deve se comunicar tanto com o aluno quanto com a escola para entender o que pode estar envolvido nesse sentido, pois o suporte emocional de ambos os lados é primordial para o desenvolvimento saudável do estudante.

Bullying e problemas de relacionamento e violência escolar: o bullying e outros problemas de relacionamento podem criar um ambiente escolar hostil, levando alguns estudantes a abandonar os estudos para escapar dessas situações. O preconceito e discriminação vivenciados pelo aluno dentro da escola pode tornar este ambiente totalmente desagradável e nada motivador, fazendo com que ele deixe de frequentar as aulas. É dever, principalmente da instituição de ensino, prevenir esse tipo de violência com ações que combatam esse comportamento no ambiente escolar.

O bullying escolar segundo (GUARESCHI, 2008, p. 17):

“É um fenômeno devastador, podendo vir a afetar a auto-estima e a saúde mental dos adolescentes, assim como desencadear problemas como anorexia, bulimia, depressão, ansiedade e até mesmo o suicídio. Muitas crianças vítimas do bullying desenvolvem medo, pânico, depressão, distúrbios psicossomáticos e geralmente evitam voltar a escola quando esta nada faz em defesa da vítima.”

Falta de apoio educacional adequado: alunos que não recebem o suporte educacional necessário podem se sentir desencorajados e desmotivados. A falta de recursos, capacitação adequada dos professores e programas de suporte também contribuem para o abandono escolar.

O sociólogo Souza (2009) diz que muitas vezes a escola é a responsável pelo fracasso educacional ou não afeto pelo estudo, apontando-a como um fator de desmotivação, a qual comete a chamada “violência simbólica” da má fé institucional:

“A crueldade da má-fé institucional está em garantir a permanência da raleá na escola, sem isso significar, contudo, sua inclusão efetiva no mundo escolar, pois sua condição social e a própria instituição impedem a construção de uma relação afetiva positiva com o conhecimento”.

Gravidez na adolescência: especialmente para as meninas a gravidez precoce também pode ser um motivo para desistência dos estudos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS), a adolescência é delimitada como o período entre os 10 e 19 anos, 11 meses e 29 dias, o período de 10 a 24 anos é considerado como juventude. O ECA delimita adolescentes entre 12 e 18 anos, 11 meses e 29 dias (MINAS GERAIS, 2007).

Para Wieczorkiewicz e Souza (2010), no que se refere à vida reprodutiva e sexual pode-se colocar em pauta um fenômeno recorrente no cenário mundial e em especial no Brasil – a gravidez na adolescência. Na atualidade, diversas adolescentes têm iniciado a vida sexual antes dos 15 anos, como forma de autoafirmação, pelas provocações da mídia, internet, superexposição dos corpos, pela estimulação dos meios de comunicação com mensagens eróticas e pelo grupo social frequentado pela adolescente, entre outros mecanismos que influenciam os jovens o tempo todo (AVILA, 2015, p.19)

A gravidez de uma adolescente pode provocar inúmeras modificações na sua rotina diária e na vida das pessoas que fazem parte do seu cotidiano. Conforme forem as reações e ações da própria adolescente, familiares, companheiro ou simplesmente progenitor, esta adolescente poderá se afastar dos estudos, dos momentos de lazer que passava com os amigos, passando a se preocupar com os

cuidados necessários com a gestação, casamento, nascimento da criança e emprego (SCHWANKE e PINTO, 2010).

Dificuldades de aprendizagem: devido à baixa aprendizagem nos anos iniciais do Ensino fundamental e até mesmo durante a fase de alfabetização, muitos jovens chegam ao Ensino Médio sem os conhecimentos e habilidades para acompanhar essa etapa de ensino com qualidade. É importante ressaltar que tal cenário ocorre muitas vezes como uma bola de neve, em que o aluno não é alfabetizado com qualidade, por exemplo, e carrega essas dificuldades de aprendizagem ao longo de toda trajetória escolar. O déficit de aprendizagem pode estar relacionado também a transtornos cognitivos, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Quando o aluno apresenta baixo rendimento escolar, pode estar mais propenso a abandonar os estudos.

Em todo Brasil, as dificuldades escolares atingem cerca de 5% da população escolar (BRASIL, 2014). Pode parecer um número pequeno, porém, ao analisarmos algumas das causas e características que podem levar às dificuldades de aprendizagem, percebemos a presença dos seguintes fatores: Problemas visuais, auditivos, deficiência motora, deficiência intelectual, problemas emocionais das mais diversas naturezas, mudança de ambiente, fatores socioeconômicos (CORTIELLA et al., 2014). Smith e Strick (2012, p.15) define as dificuldades de aprendizagem como uma gama de problemas que podem afetar qualquer área do conhecimento do indivíduo e que raramente elas são atribuídas a uma única causa, pois aspectos diferentes podem prejudicar o bom funcionamento do cérebro.

De qualquer maneira, é importante que os profissionais da educação tenham condições de diferenciar dificuldades de aprendizagem e transtornos de aprendizagem. Pois, as dificuldades abrangeriam problemas passíveis de modificação, enquanto os transtornos estariam condicionados a fatores orgânicos, também passíveis de modificação, no entanto, demandando outros tipos de estratégias e também acompanhamento psicológico especializado (PIMENTEL; LARA, 2017). Através do exposto é possível estabelecer uma relação entre contexto escolar e aprendizagem, com a participação da família. E em caso de falhas no meio desse processo, a escola teria de mediar ou mesmo encaminhar os casos para

profissionais especializados, a fim de reduzir danos ou evitá-los (SEMKIW; ANSAI, 2014).

Efeitos da pandemia: Segundo uma pesquisa da UNICEF o ensino remoto, via internet, adotado durante a pandemia é um dos motivos para muitos alunos terem abandonado os estudos. As principais reclamações dos estudantes eram a falta de internet de qualidade para realizar as tarefas e assistir às aulas, o que acabou por dificultar a aprendizagem. Mesmo com a volta às aulas presenciais, o impacto sofrido pelos estudantes durante o período em que tiveram de ficar em casa é notório. Cerca de dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não retornaram às escolas, e os que vão às aulas, relatam que não conseguem acompanhar as explicações dos professores e atividades desenvolvidas. (UNICEF, 2022).

De acordo com a pesquisa do Instituto Datafolha cerca de 4 milhões abandonaram os estudos durante a pandemia, com taxa de 10,8% no ensino médio. Questões financeiras e falta de acesso a aulas remotas estão entre os principais motivos do abandono e o problema é maior entre os mais pobres – a taxa média de abandono apurada pela pesquisa é de 10,6% nas classes D e E, contra 6,9% na classe A. (DATA FOLHA, 2022).

Marginalização e uso de entorpecentes: No Brasil, de acordo com a lei 13.106/2015, é proibido a venda ou o fornecimento, por qualquer meio, ainda que gratuitamente, a menor de dezoito anos, de bebida alcoólica ou outros produtos que possam causar dependência física ou psíquica. Seu descumprimento tem como pena detenção, de dois a quatro anos, e multa de três mil a dez mil reais, se o fato não constitui crime mais grave, podendo gerar a interdição do estabelecimento comercial até o recolhimento da multa aplicada.

Entretanto o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira realizado em 2018 aponta que, apesar de todas as condutas previstas na Lei 13.106/2015 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aproximadamente 7 milhões (34,3%) dos indivíduos menores de 18 anos reportaram ter consumido álcool na vida, e 22,2% consumiram nos 12 meses antecedentes à pesquisa. O consumo nos últimos 30 dias, antes da pesquisa, foi reportado por 8,8%

dos adolescentes de 12 a 17 anos, e 5,0% (um milhão de adolescentes) reportou o consumo em excesso. Além disso, a pesquisa ainda ressalta que entre os quase 101 milhões de indivíduos que utilizam bebidas alcoólicas ao menos uma vez na vida, a idade mediana de início de consumo foi menor entre homens (15,7 anos) do que entre as mulheres (17,1 anos), mostrando que indivíduos do sexo masculino tendem a iniciar o consumo de álcool mais cedo, quando comparado às mulheres. Todavia, quando considerado o primeiro consumo por faixa etária, entre aproximadamente 7 milhões de indivíduos com idade entre os 12 e 17 anos, a mediana da idade do primeiro consumo foi de 13,5 anos para ambos os gêneros.

Em um estudo realizado por Cardoso; Malbergier (2014) o consumo de substâncias (álcool, tabaco e/ou drogas ilícitas) foi relacionado a problemas no desempenho escolar, como ter notas abaixo da média, deixar de fazer os deveres escolares e ter problemas para se concentrar. Neste mesmo estudo, adolescentes que declararam ter feito uso exclusivo de álcool ou uso exclusivo de tabaco e uso combinado de álcool e tabaco e uso de drogas ilícitas relataram ter mais problemas escolares do que aqueles que não tinham usado nenhuma substância. Muitos desses alunos abandonam ou evadem-se da escola para participar do mundo do crime.

10 CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO ESCOLAR

Diante dos inúmeros motivos causadores da evasão escolar Bzuneck (2009 apud, Mendes, 2011), descreve que a baixa motivação do aluno leva a uma queda no investimento pessoal, e ele acaba não executando as tarefas escolares com qualidade, o que impede a formação das competências individuais, para o exercício da cidadania, e a se realizarem no aspecto pessoal. Já na visão de Barbosa (2017) ele sugere que o aluno desinteressado nas atividades escolares, causa malefícios para a sua vida, e para toda a sociedade. Ou seja, os jovens e adolescentes desinteressados trazem prejuízos para si e para a sociedade, por exemplo: não conseguem entrar no mercado de trabalho, apresentam problemas psicológicos e de autoestima, além da dificuldade de se relacionar profissionalmente e socialmente. Na assertiva de Barros (2017), as consequências causadas pelo não prosseguimento dos estudos, é bastante significativa. Os maiores impactos são sentidos na qualidade de vida, na saúde, na quantidade de filhos e até na probabilidade de conclusão dos estudos pelos filhos.

As consequências da evasão escolar atingem muito mais do que somente o aluno, há impacto para a família, para o entorno onde esse aluno vive e atinge a sua vida como um todo, trazendo consequências para todos eles, abaixo um melhor detalhamento dessas consequências:

Consequências para os alunos: Para os alunos, a evasão escolar leva a problemas cognitivos e socioemocionais, como barateamento de mão de obra; comprometimento do desenvolvimento cognitivo, intelectual e cultural; depressão; despreparo profissional; dificuldades para se colocar no mercado de trabalho; diminuição da autoestima, com sentimento de incapacidade e má qualidade de vida. E todos esses aspectos podem contribuir para a violência, a gravidez precoce, a prostituição, assim como o consumo e tráfico de drogas.

No estudo de Ricardo Paes de Barros (Barros et. al 2021), ele aponta que o indivíduo que evade a escola tem 10% a menos de sua vida produtiva ocupado, 20% a menos da sua vida em empregos formais e, 3 anos a menos de expectativa de vida. Normalmente são indivíduos menos saudáveis e com remunerações menores. Além dessas perdas individuais, o estudo também demonstra que a cada jovem que evade o ensino médio produz uma perda para a sociedade de R\$ 395 mil e anualmente R\$ 220 bilhões no somatório de todos os jovens evadidos.

Consequências para a sociedade: Quanto às consequências para a sociedade como um todo, pode-se destacar o aumento da desigualdade social que: contribui para a reprodução das diferenças socioeconômicas entre as pessoas, pois limita as chances de ascensão social e de participação política dos mais pobres e vulneráveis. A baixa qualidade da educação que: prejudica o rendimento e o aproveitamento dos alunos que permanecem na escola, pois reduz o número de matrículas, o financiamento e os recursos disponíveis para a educação pública. E por fim a perda de capital humano que: implica em uma perda de potencial humano para o desenvolvimento do país, pois desperdiçam talentos e capacidades que poderiam contribuir para a inovação, a produção e o bem-estar social (SANTILLANA EDUCAÇÃO, 2024).

A evasão escolar é uma questão social que afeta o capital humano de um país. Abandonar os estudos implica em perder oportunidades de aquisição de habilidades e conhecimentos necessários para se tornarem pessoas produtivas da força de trabalho. O desenvolvimento individual dos jovens evadidos fica defasado, em termos financeiros, no Brasil, pessoas de 20 a 24 anos que não completaram o ensino médio tem salário de 11% a 20% menor que os formados, como aponta o estudo de Franca, Machado e Corseuil em 2022.

No entanto, além das dificuldades futuras o país enfrenta perdas relevantes no presente, de acordo com um estudo realizado por Ricardo Paes de Barros (Barros et. al 2021), o Brasil perde cerca de R\$ 220 bilhões por ano devido à evasão escolar, isso equivale a 3% do PIB brasileiro. A pesquisa leva em consideração que os evadidos passam menos tempo ocupados, tem menores remunerações e vivem menos. Além dessas perdas individuais, trazem perdas para a sociedade, com mão de obra menos qualificada e aumento da criminalidade.

Consequências para as instituições de ensino: Já as instituições de ensino são impactadas em seus resultados não somente financeiros, como também em sua reputação no mercado.

Para Lopes (2017, p. 359) as narrativas apresentadas pelos professores confirmam ainda que a baixa qualidade do ensino contribui para a evasão escolar. Aulas pouco atrativas se tornam desestimulantes e interferem no ensino aprendizagem, nesse sentido concorda-se com esses docentes, quando afirmam

que escola e professores precisam proporcionar a oferta de um ensino de qualidade, pois “quanto melhor a aula, mais o aluno permanece na escola”. Outro motivo da evasão é a precariedade do trabalho docente, e para Almeida (2002, apud Lopes, 2017), as situações precárias que os profissionais da educação encontram no ambiente de trabalho e no desenvolvimento de suas atividades são questões que incluem a desvalorização social, além do baixo salário. Entre tantos outros fatores, o docente se sente desmotivado e frustrado no desenvolvimento do seu trabalho, e isso gera consequências para os alunos que se tornam desanimados, e perdem o interesse na escola, desencadeando a evasão.

Diante disso, é possível perceber que todo esse processo é uma engrenagem, que quando uma peça não está funcionando corretamente, todas as outras são atingidas. Se a escola não vai bem, se os professores não estão satisfeitos profissionalmente e financeiramente, isso atinge os alunos que se sentem desestimulados e muitos abandonam a escola. E a escola por sua vez se torna cada vez mais um ambiente hostil e com dificuldade de cativar e estimular os alunos dentro do seu ambiente.

11 ALTERNATIVAS PARA CONTORNAR O ABANDONO E A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Diante do problema da evasão escolar, Fornari (2010, p.118) diz que “A própria educação tem respostas para seus próprios problemas; e que não seria necessariamente uma resposta e sim uma solução, pois a solução dos problemas como evasão e reprovação escolar não necessariamente está somente na escola, mas na transformação da sociedade”.

Já na visão de Rumberger (1995 e 2008, APUD FILHO & ARAÚJO, 2017), a solução e compreensão da evasão, é encontrar as causas do problema, geralmente essas causas são semelhantes a outros processos do desempenho escolar, e tem influência de várias causas, como, o próprio aluno, a família, a escola e a comunidade no qual esse aluno pertence.

Em seu estudo sobre “Políticas públicas para redução do abandono e da evasão escolar de jovens” Barros (2017), destaca doze pilares para levar em consideração as atividades escolares, e consequentemente minimizar a evasão escolar. O estudo destaca que em relação à dificuldade de acesso aos estudos, à sugestão é que todo sistema educacional tenha política de ampliação da cobertura, garantindo efetivo acesso à educação. Relacionado à impossibilidade física: devem existir políticas públicas que garantam acesso à educação para alunos que, estão impossibilitados de comparecer a escola, como crianças e adolescentes internados em clínicas de recuperação e em hospitais. Relacionado à pobreza, é necessários políticas de intervenção. O engajamento nas atividades da escola, junto aos serviços sociais, a fim de, diminuir as desigualdades. Também são descritas no estudo, medidas quanto ao mercado de trabalho, dificuldade de aprendizado, qualidade da educação, protagonismo do jovem, flexibilidade, percepção da importância, falta de engajamento, clima escolar, além de problemas emocionais. O autor ressalta que as políticas de motivação e engajamento, são fatores determinantes para reduzir ou reverter o processo de evasão na escola.

Para Lopes (2017), é necessário que, haja investimentos e também intervenções no ensino básico, assim como melhorar a infraestrutura física e pedagógica, além de apoio e incentivo a uma formação tanto inicial e continuada aos profissionais da educação, sendo, gestores e professores que atuem no ensino médio.

Dando seguimento no problema da evasão escolar Pakenas & Filho (2017) correlacionam que a proposta de pensar um ensino médio que constitua o sujeito como cidadão. E que seja capaz de proporcionar de maneira integrada a preparação para o mercado de trabalho e que o estimularia a ver possibilidades de vencer as desigualdades sociais e a exclusão. Para isso é preciso buscar novos caminhos que ultrapassem uma educação tecnológica e profissional que visa apenas treinar o aluno para se tornar um futuro trabalhador. (PAKENAS, FILHO, p.71 ,2017). Ainda sob a visão de Pakenas & Filho (2017), realizando a reforma, e mudando a atual estrutura do sistema, além de uma melhor adequação da realidade de cada um, é possível que se minimize os índices de evasão nas escolas brasileiras.

Um grande problema enfrentado no Brasil é o déficit de políticas públicas bem elaboradas, que atendam as famílias de baixa renda de modo a proporcionar ajuda financeira, ajuda com alimentação e transporte. O abandono da escola não pode ser um problema só da família. É preciso dar a escola condições de ser uma mediadora junto às famílias de alunos que por algum motivo deixou a escola, e conseguir manter esse diálogo antes mesmo do abandono total, pois a escola através do professor é capaz de detectar os alunos que começam a faltar às aulas, ou demonstra desinteresse em sala de aula.

E quando se fala em políticas públicas bem elaboradas, é porque existe um leque de possibilidades de mudar a realidade, proporcionando cursos e atividades que não seja só as temidas tarefas em sala de aula, incentivo e também acompanhamento do desempenho de gestores escolares, pedagogos e todo o corpo docente da escola. É preciso dar aos adolescentes oportunidades de fazerem um balé, um curso de dança, de informática, de esportes, entre tantas outras possibilidades, do que deixar que a cada ano o número de jovens e adolescentes inseridos no crime, no mercado de trabalho informal ou grávidas seja apenas mais um número no gráfico do índice de motivos de abandono escolar. É preciso ir além de garantir a vaga de entrada na escola, é preciso proporcionar educação de qualidade, métodos diferentes de ensino, garantir a segurança do aluno no ambiente escolar e dar estímulos para manter o aluno na escola. Lopes (2010) ressalta que, para a amenização de alguns problemas referentes à evasão, é necessária uma ação firme dos poderes públicos, principalmente em relação aos gestores escolares, que precisam assegurar um bom ensino e aprendizagem.

12 CONCLUSÃO

Por se caracterizarem como um dos maiores desafios da educação brasileira, a evasão e o abandono escolar são assuntos bastante pesquisados e são considerados consequências do fracasso escolar trazendo graves consequências para os alunos, para as instituições de ensino e para a sociedade. Diversas são as causas que contribuem para a evasão escolar. Grande parte dos jovens que abandonam a escola é em sua maioria pertencente a famílias pobres e eles deixam a escola para começar a trabalhar para ajudar na renda familiar, ou seja, para sobreviverem, fazendo assim parte das estatísticas da desigualdade social onde os jovens pobres, tendem a ter um rendimento educacional inferior, o que aumenta os índices de reprovação, abandono e evasão escolar.

Outro motivo de evasão escolar no Brasil é o tipo de ensino ofertado, aulas monótonas, ausência de materiais didáticos, falta de profissionais qualificados e engajados, o que torna a escola pouco atrativa e convidativa. Outros motivos que figuram entre os mais significantes dentre as causas do abandono escolar estão à gravidez na adolescência, problemas de saúde, tanto físicos e psicológicos muitas vezes desencadeados pela violência e até mesmo o envolvimento dos alunos com o mundo do crime e das drogas.

O desafio de mudar esse cenário de contrastes sociais e de evasão escolar é papel das escolas, dos pais, dos professores, do Estado e da sociedade. Assim como a família é responsável, o aluno também precisa sentir-se parte desse processo, pois é através da educação que os alunos da educação básica incluindo crianças, adolescentes e jovens podem vir a ter acesso a mais oportunidades, e com isso mudar suas perspectivas de futuro.

O problema do elevado índice de evasão escolar na educação básica brasileira ainda é um desafio difícil de ser solucionado. No entanto, foram propostas inúmeras alternativas para minimizar esse problema. Todavia é um tema que precisa permanecer em constantes reflexões e debates a fim de se encontrar meios para contornar essa problemática.

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. Professor bonzinho = **aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARROYO, M. G. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010. Doi: 10.1590/S0101-73302010000400017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJPMfsj5pSxPx/?lang=pt>. Acesso em: 11 Jul. 2024.

AVILA, I. T. F. **A reincidência da gravidez na adolescência e a evasão escolar**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, São Paulo, p. 41. 2015. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/3489.pdf. Acesso em: 01 Ago. 2024.

BARBOSA, D. **14 causas do abandono escolar no Brasil**. POLITIZE. 9 de nov. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/abandono-escolar-causas/>. Acesso em: 15 Ago 2024.

BARROS, R. P. et. al. **Consequências da violação do direito à educação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Insper, 2021, 148 p.

BARROS, R. P. **EVASÃO AINDA É UM DOS MAIORES DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO**. Aprendizagem em foco, In: INSTITUTO UNIBANCO. São Paulo, N°37 nov. 2017. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/37/>. Acesso em: 17 Ago. 2024.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICT, 2017. 528 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>. Acesso em: 16 Ago. 2024.

BERNARD, Pierre Yves. **Les inégalités sociales de décrochage scolaire**. Paris: Cnesco, 2016.

BIASOLI-Alves, Z. M. M. **Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas**. Em C. R. Althoff, I. Elsen & R. G. Nitschke (Orgs.), Pesquisando a família: olhares contemporâneos (pp. 91-106) (2004). Florianópolis: Papa-livro

Botelho, L. L. R., Cunha, C. A., & Macedo, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136.(2011)

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Dificuldades de aprendizagem atingem cerca de 5% da população escolar**. 2014. Disponível em: www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e

ciencia/2014/07/dificuldades-de-aprendizagem-atingem-cerca-de-5-da-populacao-escolar>. Acesso em: 15 Ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.106, de 17 de março de 2015. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 127, p. 1, 18 mar. 2015.

BZUNECK, José Aloyseo. **A motivação do Aluno: Aspectos Introdutórios**. In: BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyseo. A motivação do aluno: Contribuições da Psicologia Contemporânea. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001

CARDOSO, L.R.D.; MALBERGIER, A. **Problemas escolares e o consumo de álcool e outras drogas entre adolescentes**. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 27-34, June 2014.

CORTIELLA, et al. **The State of Learning Disabilities**: Facts, Trends and Emerging Issues. National Center for Learning Disabilities, Inc. Third Edition, 2014. Disponível em: <<https://www.ncld.org/wp-content/uploads/2014/11/2014-State-of-LD.pdf>>. Acesso em: 14 Ago. 2024.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar**. 2011. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/educacao/doutrinas_e_artigos/evasao_escolar_murilo.pdf>. Acesso em: 01 Ago. 2024.

DRUMMOND, M. & Drummond Filho, H. **Drogas: a busca de respostas**. São Paulo: Loyola. (1998).

DUARTE, C. S. **Direito público subjetivo e políticas educacionais**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, n. 18 (2), p. 113-118. 2004.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Revista Brasileira de Educação, n. 17, p. 5-19, mai./jul. 2001.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Trad. Sérgio Miola. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003b.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, v.34, n.123, p. 539-555, set./dez. 2004

FILHO, R.B.S.; ARAÚJO, R.M.L. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017 Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs/ojs/index.php/porescrito/article/view/24527/15729>>. Acesso em: 19 Ago. 2024.

FERREIRA, F. A. **Fracasso e evasão escolar**. 2013. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/fracasso-evasao-escolar.htm>>. Acesso em: 16 Jul. 2024.

FORNARI, L. **Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital**. Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 1, 27 jan. 2010. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027/1260>>. Acesso em: 18 Ago. 2024.

FRANCA, M. P. et. al. Texto para Discussão 2804: **Oferta de escolas e retorno do ensino médio entre os jovens no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1990, 41 p.

GUARESCHI, A. P. SILVA, M. R. da. (Coord.) **Bullyng Mais Sério do que se imagina**. 2ª. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, EDIPUCRS, 2008.

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/12/6673674-brasil-tem-18-milhao-de-criancas-e-adolescentes-em-trabalho-infantil.html> - Acesso em: 15 Ago. 2024.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/01/cerca-de-4-milhoes-abandonaram-estudos-na-pandemia-diz-pesquisa.shtml> - Acesso em: 02 Ago 2024.

<https://www.sinprodf.org.br/pesquisa-mostra-que-brasil-falha-na-recuperacao-da-aprendizagem-apos-covid-19/> - Acesso em: 15 Ago 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**: 2018. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

LEI nº. 9.394, de 20/12/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 31 Jul. 2024.

LEI nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01 Ago. 2024.

LOPES, B. E. M. **Evasão escolar no ensino médio sob a perspectiva dos docentes**. Revista Educação e Políticas em Debate. Minas Gerais. v. 6, n. 3, 30set/dez. 2017. Disponível em:<<file:///C:/Users/saaym/AppData/Local/Temp/48112-Texto%20do%20artigo-198803-1-10-20190413.pdf>>. Acesso em: 16 Ago. 2024.

LOPES, N. **Como combater o abandono e a evasão escolar**. Revista Nova Escola. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/como-combater-abandono-evasao-escolar-falta-alunos-abandono-acompanhamento-frequencia-551821.shtml>>. Acesso em: 15 Jul. 2024.

MENDES, M. S. **Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio**. Estud. Psicol. Universidade Paulista. Campinas (2013), vol.30, n.2, pp.261-265.dez.2011. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n2/12.pdf>>. Acesso em: 19 Ago. 2024.

MINAS GERAIS. **Secretaria de Estado de Saúde. Atenção à Saúde do Adolescente.** – 2. ed. – Belo Horizonte: SAS/MG, 2007. 152 p.

MORAES, Carolina Roberta; VARELA, Simone. **Motivação do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem.** Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, ano 1, n. 1, p. 1-15, ago./dez. 2007.

NERI, M. C. **Motivos da evasão escolar.** Brasília: Fundação Getúlio Vargas.(2019).

PAKENAS, H. FILHO, J. J. **Evasão e Abandono no Ensino Médio.** Revista Internacional de Debates da Administração & Pública-RIDAP 2 (1), 59-74, 2017. Osasco, São Paulo. Disponível em: <file:///C:/Users/saaym/AppData/Local/Temp/1273-Texto%20do%20artigo-8426-1-10-20181205-1.pdf>. Acesso em: 19 Ago. 2024.

QUEIROZ, L. D. **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: Para se Pensar a Inclusão Social.** 25ª Reunião anual da Anped, Caxambu, v. 1, n.1, pp. 01-10, set/out, 2002. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.1%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 12 Jul. 2024.

O ENFRENTAMENTO da cultura de fracasso escolar. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar>>. Acesso em: 11 Jul. 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia, 1987. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/484020584/371732568-PATTO-Maria-Helena-Souza-A-Producao-de-Fracasso-Escolar-Historias-de-Submissao-e-Rebeldia-pdf>>. Acesso em: 10 de set. 2024.

PIMENTEL, L. S.; LARA, I, C, M. Discalculia: o cérebro e as habilidades matemáticas. 2017. Disponível em: <repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11591/2/Discalculia_o_cerebro_e_as_habilidades_Matematicas.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2024.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2013.

SANTILLANA EDUCAÇÃO, 2024 disponível em <<https://www.santillanaeducacao.com.br/blog/evasao-escolar/>>. Acesso em: 05 set. 2024.

SCHENKER, M. & Minayo, M. C. S. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(1), 707-717.(2003).

SCHWANKE, M.; PINTO, A. B. **A percepção dos adolescentes residentes no município de Alto Bela Vista – SC sobre a gravidez na adolescência.** *Ágora: Revista de Divulgação Científica*, v. 16, n. 2(a), p. 150 - 160, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/106/184>>. Acesso em: 16 de Ago. 2024.

SEMKIW, R. W.; ANSAI, R. B. Dificuldades de aprendizagem no ensino fundamental: ações e práticas pedagógicas para melhorar o desempenho docente. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde. 2014. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-uniaodavitoria_ped_artigo_rosicler_wenglarck.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2024.

SILVA, Geenes Alves da. **Motivação: em busca do conhecimento.** Cadernos da FUCAMP, Monte Carmelo, v. 1, n. 1, p. 135-142, dez. 2002.

SILVA, M. J. D. **As causas da Evasão Escolar: estudo de caso de uma escola pública de Ensino Fundamental no município de Acará/PA.**(2020). *Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 2, n. 6, p. 367 – 378 maio/ ago. (ISSN 2446 – 6549).

SIMINONATO-Tozo, S. M. P. & Biasoli-Alves, Z. M. M. (1998). **O cotidiano e as relações familiares em duas gerações.** Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação, 8(14/15), 137-150.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. Dificuldades de aprendizagem de A a Z. **Um guia completo para pais e educadores.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TAPIA, Alonso Jesus. **A motivação em sala de aula: o que é, e como se faz.** 6 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em enfermagem: uma modalidade convergente-assistencial.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

UNICEF, Pesquisa **“Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes”**, disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>>. Acesso em: 30 Jul. 2024.

WIECZORKIEWICZ, A. M.; SOUZA, K. V. **A amamentação na adolescência sob as “lentes” do discurso do sujeito coletivo.** *Ágora: Revista de Divulgação Científica*, v. 17, n. 2, p. 37- 48, 2010. Disponível em:

<<http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/179/242>>. Acesso em: 16 Ago. 2024.

